## PLP 108/2024 00603



## Gabinete do Senador Mecias de Jesus

## **EMENDA Nº** (ao PLP 108/2024)

O art. 96 do Substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, passa a vigorar acrescido do seguinte §  $8^\circ$ :

"Art. 96.				• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	
••••••	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	••••••	• • • • • • •

§ 8º A instância de uniformização da jurisprudência de que trata o *caput* também será composta em meio presencial ou híbrido, a depender da complexidade do processo, na forma do regimento interno." (NR)

## **JUSTIFICAÇÃO**

A proposta busca assegurar maior efetividade e legitimidade às decisões proferidas na instância de uniformização da jurisprudência. Embora os meios virtuais tenham se mostrado céleres e eficientes, nem sempre são suficientes para o exame de matérias de alta complexidade, que exigem análise minuciosa de fatos, documentos e teses jurídicas contrapostas.

Em tais situações, a realização de sessões presenciais ou híbridas contribui de forma significativa para o aprofundamento do debate, permitindo a atuação direta de advogados e procuradores, que podem prestar esclarecimentos imediatos e expor nuances técnicas em tempo real. Essa interação, além de conferir maior segurança jurídica, aproxima o processo da lógica do contraditório efetivo e da ampla defesa.

A experiência brasileira demonstra que tanto o Poder Judiciário quanto os Tribunais Administrativos têm alcançado melhores resultados quando



a modalidade presencial ou híbrida é admitida em casos mais complexos. Nesses ambientes, a possibilidade de diálogo direto entre julgadores e representantes das partes enriquece a formação do convencimento e eleva a qualidade das decisões.

Portanto, ao prever expressamente a possibilidade de sessões presenciais ou híbridas, a emenda prestigia práticas já consolidadas no contencioso nacional, confere flexibilidade procedimental e fortalece a transparência e a legitimidade do julgamento, sempre em benefício da justiça e da pacificação social.

Por tais fundamentos, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação da presente emenda.

Sala das sessões, 23 de setembro de 2025.

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS - RR)

